

Memória e tempo presente: o Movimento Estudantil e o processo de transição democrática brasileira (1974 – 1985)

Memory and present time: The Student Movement and the process of democratic transition in Brazil (1974 - 1985)

Gislene Edwiges de Lacerda
UFRJ
gislene.lacerda@gmail.com

Resumo: Elaborado a partir da pesquisa de doutorado em andamento, o artigo visa analisar o Movimento Estudantil nas décadas de 1970 e 1980 e problematizar a transição democrática brasileira, trazendo a sociedade civil como sujeito de destaque neste processo. A perspectiva de abordagem é a da Nova História Política e da História do Tempo Presente em suas relações com a memória. Esta se torna central com o objetivo de se discutir a memória da ditadura militar pela perspectiva da geração dos anos 1970.

Palavras-chave: Transição democrática; memória; Movimento Estudantil; Tempo Presente

Abstract: Elaborated from the doctoral research in progress, this article aims to analyse the student movement in the 1970s and 1980s and problematize the democratic transition in Brazil, bringing civil society as the subject of featured in this process. The approach is the perspective of the New Political History and History of the Present Time in its relations with the memory. This becomes central to the purpose of discussing the memory of the military dictatorship from the perspective of the generation of the 1970s.

Key-words: Democratic transition; memory; student movement; Present Time

Introdução

A significativa ação dos movimentos sociais na segunda metade da década de 1970 constituiu-se como um fator de resistência à Ditadura Militar, bem como um fator de grande colaboração no processo de transição democrática brasileira. Este processo norteia o recorte temporal deste trabalho que define-se a partir de 1974, ano que teve início o governo do general Geisel e paralelamente, houve o início de uma reorganização do Movimento Estudantil que começa a dar sinais de revigoramento e de posicionamento contra a ditadura. Como ano final, destaco como marco o ano de 1985, ano que marca o fim da ditadura militar com a eleição do primeiro presidente civil, por colégio eleitoral, após 21 anos de governo militar.

Novos sujeitos ganharam destaque a partir da segunda metade da década de 1970 em meio à abertura, entre os quais podemos citar: o MDB, que obteve significativas vitórias eleitorais em 1974 e 1978; organizações profissionais como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); o novo sindicalismo; a Igreja Católica, em especial através das CEBs e pastorais; e os movimentos sociais de minorias. Outros movimentos ressurgiram com destaque neste contexto, o caso do Movimento estudantil, “organizado em seus diretórios e centros acadêmicos, nos quais se confrontavam as ‘tendências’ que eram, na verdade, as expressões universitárias e legais de organizações de esquerda clandestinas” (ARAÚJO, 2000: 119).

O Movimento Estudantil foi palco dos principais debates em torno das concepções de luta democrática que fragmentava as esquerdas. A crítica, antes destinada ao PCB e ao PC do B, considerando-os reformistas, voltou-se contra as organizações atuantes na luta de resistência. A resistência era vista como permeada de valores humanistas, universalistas e democráticos, contudo, também se entendia resistência como uma “luta de derrotados, porém de derrotados prudentes e esperançosos”. Seu objetivo primordial refere-se a “um projeto de acumulação de forças, de preservação de quadros e de espaços já conquistados; as atividades são cercadas de rígidas medidas de segurança”. Assim, a definição de uma luta de resistência era uma “tentativa de sair do isolamento vivido pelos grupos armados” (ARAÚJO, 2000: 123-124). Esta luta de resistência foi travada ao longo das décadas de 1970 e 1980 pelas esquerdas e pelos diferentes movimentos sociais, dentre eles o Movimento Estudantil que iremos analisar ao longo deste artigo.

Tempo presente e memória

Memória e História do Tempo Presente possuem relações bem estreitas, em especial, pelo potencial da memória que suscita o testemunho como fonte. Surge, assim, um desafio central, que consiste em relacionar presente e passado, estabelecendo as definições de tempo de um passado recente. O passado precisa ser sentido tanto como parte do presente quanto separado dele. Segundo Henry Rousso, a memória interessou aos historiadores do tempo presente por apontar para uma solução para o problema, já que para o autor a memória em seu sentido essencial da palavra é a presença do passado (ROUSSO, 1996: 94).

A memória possui um papel significativo de fortalecimento da identidade de grupos e comunidades. Devido a isso, a memória tem sido objeto de muitos debates e originado muitos trabalhos nas ciências humanas. Responsável por abrir ao pesquisador possibilidades de análises novas, a memória apresenta características peculiares e que merecem reflexões cuidadosas.

Contudo, a pressão pela verdade em que sempre se submeteu o historiador, faz com que a história do tempo presente se torne tema de inúmeros debates acadêmicos que por vezes falavam de um recuo temporal como sinônimo de perspectiva histórica, e assim, inviabilizavam a abordagem histórica por definir que o historiador não pode escrever sobre o que presenciou, precisando de um recuo temporal para que possa analisar de forma imparcial, ou então, apreciam em demasiado o historiador vivente do que estuda, pois o mesmo ganharia o status de testemunha, o que valorizaria sua análise em detrimento daqueles que não são coetâneos. Eric Hobsbawm afirma que nossa experiência pessoal é moldada pelo tempo que vivemos, mas isso interfere tanto no que escrevemos sobre o presente quanto sobre o passado. A partir disso, podemos pensar a subjetividade como algo que vai sempre estar presente no trabalho do historiador do tempo presente que lida com a sua própria subjetividade e com a subjetividade das memórias nas quais analisa. Estes são debates se travam ao falar das particularidades do trabalho do historiador do tempo presente. Contudo, a particularidade estará, segundo Carlos Fico, muito mais focada na circunstância de que a “História do Tempo Presente mescla política e pesquisa acadêmica em uma rede estreitamente entrelaçada” (FICO, 2011: 18).

Destacando a memória em suas relações com a história do tempo presente, e como fonte essencial dos temas mais recentes da nossa história, ressalto um abordagem que se encaixa muito neste trabalho, que é sobre a memória política. Ela traz em si uma propensão maior para realizar juízos de valores, em que o sujeito não se satisfaz em narrar fatos, mas necessita julgar os mesmos, demarcando sua posição e apresentando formas de um discurso valorativo. Elizabeth Jelin caracteriza a abertura política vivida em processos de transição democrática como um cenário de luta pelo sentido do passado (JELIN, s/d: 42-43).

A memória destes sujeitos que tiveram grande participação política surgem também como forma de pedir justiça frente aos desafios enfrentados no contexto da transição democrática. Este fato que norteia a pesquisa que ainda está em andamento, consiste em perceber como se reconhecem na luta política os militantes da geração de 1970 e 1980 que

faziam parte de uma conjuntura política e social muito distinta da dos anos 1960 e como eles se enxergam na luta política e sua importância na transição democrática, considerando-se em partes não vencedores porque não atingiram plenamente seus objetivos, mas em partes vitoriosos por terem contribuído para a democracia no Brasil, fato que daria a eles relevância frente a geração de 1968 que foi silenciada pela intensa repressão militar.

Transição democrática e Movimento Estudantil

Donald Share e Scott Mainwaring, em estudo que compara a transição do autoritarismo para um regime democrático na Espanha e no Brasil, elaboraram uma teoria conhecida como “transição pela transação”. Para os autores essa teoria se refere a casos em que o regime autoritário dá início à transição, fixando alguns limites para a mudança política e permanecendo como uma força eleitoral relativamente importante durante a mesma. Sendo assim, a noção de “transição” sugere negociação entre as elites do regime autoritário e da oposição democrática (1986: 207).

Para os autores citados, o modelo aplicável ao Brasil no maior período da transição democrática, que tem seu primeiro passo em 1974, é o da “transição pela transação”, no qual, inicialmente, as elites controlam a maioria dos aspectos da transição. Segundo os autores “a mobilização popular, as pressões externas e a oposição interna podem ser importantes, mas na fase inicial, são fatores secundários na configuração do processo” e as elites regulam o ritmo das reformas a serem implementadas para resguardarem-se contra a perda de controle (1986: 210).

Para a vertente da “transição pela transação”, quando esta é iniciada por regimes autoritários conservadores, pode-se esperar que as lideranças regulem as mudanças socioeconômicas estruturais (1986: 211), já que “os líderes da transição ajudaram a preparar o golpe em 1964 e ocuparam relevantes postos durante a maior parte do regime” (1986: 212).

Para Donald Share e Scott Mainwaring, apenas após as primeiras eleições democráticas, teria emergido uma variedade de novas forças no quadro político e estas teriam ainda consequências incertas. Contudo, destacam o período anterior às mesmas, entre 1974 e 1982, em que a democratização por muitas vezes ultrapassou os limites que os líderes autoritários desejavam fixar, conforme aconteceu na vitória expressiva do MDB, partido de

oposição ao governo e no ressurgimento da mobilização popular que pegou os líderes de surpresa.

Para os teóricos da “transição pela transação”, apesar de afirmarem que o regime autoritário não conseguiu controlar totalmente a transação, ele designa papel central para as elites políticas que direcionam o processo, valorizando a negociação existente entre elites e oposição, dando, porém, à oposição papel secundário no projeto de transição. Para os mesmos autores, a condição para se estabelecer um processo de transição era a estabilidade política e econômica, ambas oriundas de ações do governo.

Para os referidos autores, por volta de 1973, o Brasil apresentava condição satisfatória, pois o regime tinha aniquilado a guerrilha de esquerda, “esmagado os movimentos populares e domesticado o restante da oposição”, destacando que entre 1967 e 1974 a economia cresceu e o milagre econômico que acabou em 1973 ainda teria efeitos por alguns anos (1986: 221).

Embora a teoria da “transição pela transação” defina bem a realidade brasileira na análise política do período, destacando a influência que o regime exerceu no processo de transição democrática, o papel da sociedade civil, colocado em segundo plano, necessita ser analisado. Estabilidade política dita na teoria como essencial para a transição foi quebrada pela ação da oposição, com segmentos organizados da sociedade civil que tencionaram o cenário político pós 1974. Lamonier apresenta características de uma transição negociada, no caso brasileiro, pautada em ações do governo e da sociedade civil. Segundo o autor,

A abertura brasileira não teve nenhum marco nítido, nenhuma ruptura dramática. (...) ela se processou mediante um relaxamento progressivo dos controles, uma gradativa redistribuição do poder impulsionada e monitorada pelo calendário eleitoral. Os espaços que se iam abrindo, à medida em que avançava a luta eleitoral, foram sendo ocupados pela oposição – aí compreendia tanto a oposição propriamente política como a que se convencionou chamar de ‘sociedade civil’ (1990: 16).

Torna-se importante colocar em pauta o significado das outras forças presentes no processo de transição brasileira e que são relegadas a segundo plano, em proveito do papel das elites políticas. Segundo Boschi, muitas outras forças compuseram o cenário da transição, entre as quais, destaca-se a ação dos movimentos sociais que possuem características próprias de atuação e, em momentos de transição, se apresentam como uma alternativa. Para o autor,

Sobretudo em uma conjuntura de transição de regimes autoritários, os movimentos sociais poderão ser cruciais para o estabelecimento de alternativas institucionais e novos padrões de organização social, que prontamente preencheriam os espaços deixados em aberto pela ação do Estado (1987: 38).

Assim, a década de 1970 presenciou um efeito “panela de pressão” em que emergiram, no contexto de transição, muitos movimentos sociais, após anos de silêncio forçados pela ação repressora da ditadura militar, contribuindo para a transição democrática e surpreendendo o regime, que tinha o objetivo de controlar as rédeas do processo. Para Boschi,

A intensificação das práticas associativas de natureza politizada certamente não estava incluída nos planos governamentais. Quando muito o projeto de abertura tinha por objetivo uma sociedade domesticada, com grupos de interesses atuando dentro de estreitos limites. Contudo, o chamado modelo “panela de pressão” possibilitou exatamente o contrário, na medida que a sua implementação requeria a manutenção desses controles. Ainda que a politização de segmentos organizados da sociedade não tenha ameaçado o projeto de transição gradual para a democracia, ela certamente afetou seu ritmo (1987: 138).

Entendo que na análise da “transição pela transação” as elites tomaram a iniciativa de promover a liberalização, e o papel da mobilização popular foi colocado como fator secundário. Entretanto, assim como diz Boshi (1987: 142), vejo que a existência de uma sociedade mobilizada, simultânea ao processo de abertura política, constitui um dos principais ingredientes para permitir uma transição, para a democracia, gerando uma instabilidade da proposta de transição liderada pelo Estado autoritário. Nas palavras de Boshi, “No Brasil a sociedade organizou-se no decorrer do período autoritário (...), emergindo integralmente no momento da abertura” (BOSCHI: 1987: 143).

A sociedade brasileira no período da transição tinha como característica, manifestações coletivas que se tornaram mais frequentes no final de 1970. E, à medida que o processo de abertura seguia, uma sociedade significativamente mobilizada surgia no horizonte político.

Entre 1978 e 1985 os movimentos sociais foram um dos elementos de transição política. Segundo Eder Sader, foram esses movimentos que intensificaram a situação de crise e apontaram para a necessidade de uma transformação social no país. Nas palavras do autor,

Eles (os movimentos sociais) expressaram tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressavam a enorme distância entre os mecanismos políticos instituídos e as formas de vida social. Mas foram mais do que isto: foram fatores que aceleraram essa crise e que apontaram um sentido para a transformação social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política. Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social. (1988: 313).

Assim, os movimentos sociais que se constituíram na década de 70, na transição democrática, com suas formas de expressão, tornaram-se um elemento da vida política brasileira, colocando-se como sujeitos num espaço público além do sistema de representação política (SADER, 1988: 314).

Paralelamente a esse “renascimento” dos movimentos sociais, com o governo Geisel teve início uma “política de distensão”. Tratava-se de um programa de medidas de liberalização cuidadosamente controladas, definido no contexto do slogan oficial de “continuidade sem imobilidade”. A distensão seria obtida em estágios bem definidos, a começar com a suspensão parcial da censura, as negociações com a oposição para o estabelecimento de parâmetros para os direitos humanos, seguidas de reformas eleitorais, e a revogação de medidas mais explicitamente coercitivas. (ALVES, M. H., 1984: 186).

Para Maria Helena Moreira Alves, em 1973, a oposição estava, de modo geral, desmobilizada e fraca. Contudo, no período de 1974 a 1979 a situação inverteu-se, embora ainda permanecesse incerta e contraditória. Para a autora as classes médias agiram como revigoradoras da sociedade civil. Neste contexto, no período anterior a 1974, a ARENA, partido governista, obtinha expressivas vitórias nas eleições, o que garantia a segurança dos generais e, também, a proteção do regime ditatorial. Contudo, em 1974, o MDB, partido de “oposição”, conseguiu significativo triunfo nas eleições gerais, tendo concentrado toda sua campanha nas questões da repressão, da injustiça social e da iniquidade do modelo econômico. Os candidatos do MDB se manifestaram através dos meios de comunicação sobre temas até então proibidos, fazendo denúncias ao regime militar. O resultado foi a vitória clara dos candidatos do MDB à Câmara dos Deputados e ao Senado, com uma expressiva vitória nos principais estados do país, aumentando consideravelmente a bancada oposicionista nas duas casas.

Era uma nova conjuntura que se formava e novas táticas foram preparadas pela esquerda; era o momento da luta pelas liberdades democráticas, a qual conseguiu envolver os novos movimentos sociais em prol de sua defesa.

Segundo Maria Paula Araujo (2007: 211),

Essa luta não seria uma luta de enfrentamento, não seria uma campanha essencialmente militar. Ao contrario, seria uma luta de “resistência”, com bandeiras que atendessem aos anseios da sociedade. A nova tática se expressava numa “plataforma de lutas pelas liberdades democráticas”: pela liberdade de organização, expressão e manifestação política, contra a tortura, contra prisões arbitrárias, contra a censura, pelo restabelecimento do *habeas corpus*, contra a lei de segurança nacional e toda a legislação de exceção, pela anistia, por eleições diretas, pela garantia dos direitos humanos.

Apesar da existência de diferentes visões sobre democracia por parte de cada força política, a luta pelas liberdades democráticas foi endossada por grande parte da esquerda brasileira, mesmo aquelas que inicialmente tinham críticas a esta perspectiva. Essa articulação da esquerda em torno da luta pela democracia fez com que a esquerda se somasse e formasse uma nova frente: PCB, PC do B, APML, MR-8 e organizações trotskistas. A Esquerda se juntava a outros setores da sociedade que lutavam contra o regime e procurava alargar os limites da abertura “lenta e gradual”.

O movimento estudantil, neste processo de reorganização, tem o ano de 1977 como o ano que marcou de forma definitiva o retorno das lutas. O ME voltou às ruas realizando manifestações e seguiu um caminho importante que o levaria a reconstrução da UNE. Segundo Maria Helena Moreira Alves, as manifestações que ocorreram inicialmente em São Paulo, logo se espalharam por todo o país. Porém, mesmo com a repressão policial sofrida pelos estudantes, o Movimento Estudantil buscava formas de direcionar sua luta pela reconstrução da UNE, que foi colocada na ilegalidade pelo regime militar. Portanto, buscar reorganizar sua entidade representativa era uma forma de luta contra a ditadura.

No Rio de Janeiro a organização das lutas estudantis concentrou-se na PUC. O “Ato Público dos 5000” da PUC foi um fato significativo. Obviamente, estava muito distante do nível de mobilização que atingiu a passeata dos “Cem Mil” em 1968. Entretanto, era a primeira vez, desde a promulgação do AI-5, que os estudantes conseguiam reunir um contingente de pessoas como aquele. Era um avanço importante que sinalizava que o ME estava voltando com força. Esse ato influenciou os estudantes da UFRJ que começaram a se

organizar fundando os centros acadêmicos, um a um, e, posteriormente, o DCE da UFRJ, em 1978.

Com o objetivo de reconstruir a UNE, os estudantes, em 1977, realizaram três versões do III ENE: uma em Belo Horizonte – MG e duas em São Paulo, na USP e na PUC. Em junho de 1977, os universitários tentaram realizar a primeira versão do III ENE, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Eram estudantes de todo o país, seguindo em direção à capital mineira. O governador mineiro, Aureliano Chaves, mandou bloquear o acesso a todas as escolas superiores de BH; o reitor da UFMG, além de proibir o evento, decretou recesso letivo e administrativo nos dias 3 e 4 de junho. As tropas policiais impediram o acesso à cidade, de caravanas que vinham de outros estados. O exército cercou o Diretório Acadêmico de Medicina, local onde se realizaria o encontro. Assim, quem estava dentro não podia sair e aqueles que conseguiram chegar até o local não podiam entrar, se aglomerando em frente ao DA. Em determinado momento a polícia investiu contra eles. Como resultado, o encontro não foi realizado e mais de quatrocentas pessoas foram presas. Ignacio Delgado esteve presente no III ENE em BH e apresenta sua memória do encontro.

Eu me lembro do III ENE em BH, (Encontro Nacional de Estudantes), que eles pegaram a gente, cercaram a cidade com tropa, sabe, e como o clima já era outro, não era mais o Médici, foi se evidenciando que não dava pra continuar daquele jeito. Tudo isto ajudou a criar um ambiente de não retorno, de ampliação do espaço. (...) Ficava evidente a dificuldade que tinha a ditadura de lidar com o movimento que não era um pequeno grupo de bando de guerrilheiros aqui e ali, mas sim muita gente na rua no país inteiro. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

José Pimenta, militante do MR-8, lembra que foi um dos presos pela polícia no III ENE em BH.

Outro encontro foi em Belo Horizonte. O Aureliano era governador, fazia declaração na televisão. Porque aí o movimento tava acendendo, e eles fazendo declaração na televisão, quem fosse a Belo Horizonte ia ser preso. Eu lembro até hoje do papai, fui sair, despedir do papai, ele olhou pra mim e falou assim: “nós já sabemos o que vai acontecer”. Eu falei: “que isso pai, não vai dar tanto problema assim não”. Ele falou: “sabemos ou não sabemos?”. Eu falei: “ah, sabemos”, ele falou “então pode ir, você vai ser preso, vai se *estrumbicar* lá, mas tá sabendo”. Aí eu falei que tava, e ele deu o apoio. Aí a gente foi, lá em Belo Horizonte, e eu fui preso, (...). Aí o Romão, organizou um grupo de professores, pegou o apoio do reitor, mesmo contra a vontade dele e foi pra Belo Horizonte pra soltar a gente, assim como

os professores da UFMG, os professores todos. Em muitos lugares tiveram uma pressão enorme pra soltar a gente, que fomos fazer o encontro na faculdade de Medicina em Belo Horizonte e foi todo mundo preso (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

Depois destes acontecimentos em Minas Gerais, os estudantes marcaram outra edição do III ENE para setembro do mesmo ano, na USP. O coronel Erasmo Dias, então secretário de segurança pública de SP, ocupou, com as tropas toda a cidade universitária, no dia marcado para o ENE, declarou recesso na USP e colocou policiais nas vias de acesso àquela universidade. Alguns estudantes se reuniram na faculdade de Medicina, que ficava fora do *campus*, para discutir como realizar o ENE com a USP fechada pelas tropas. Porém um novo cerco policial se fez em torno da faculdade de medicina e os presentes foram presos. O coronel acreditou ter impedido a realização do ENE e logo em seguida liberou muitos estudantes (SANTANA, 2007: 191).

Mas um esquema alternativo e clandestino foi montado. Muitos estudantes conseguiram fugir do cerco policial e se deslocaram em seguida para a PUC, onde se reuniram e decidiram realizar um congresso rápido, concentrado, com apenas um ponto de pauta: reconstruir a UNE (SANTANA, 2007: 192). A estratégia empregada pelos estudantes foi muito engenhosa. Enquanto era realizada, num auditório da PUC, uma assembleia metropolitana de estudantes para decidir medidas de protesto ao cerco policial da USP, os delegados de outros estados e representantes de entidades estudantis paulistas realizavam, clandestinamente, numa sala de aula, o III ENE (ARAÚJO, 2007a: 224).

Os estudantes estavam sentados na sala como alunos, tendo à frente um dos militantes que fingia ser um professor, para que quem passasse do lado de fora não suspeitasse ser, aquela, uma “aula incomum”. Em quase uma hora de congresso eles criaram a Comissão pró-UNE e logo saíram apressadamente da PUC, comemorando que haviam vencido e driblado as forças policiais.

No entanto, quando a notícia da realização bem sucedida do III ENE foi veiculada na rádio, o coronel Erasmo Dias se sentiu atingido. Como resposta, invadiu a PUC, que foi totalmente depredada, quebraram vidros, portas, salas, restaurante e biblioteca, destruíram livros; houve muito pânico e tumulto, estudantes foram espancados pela polícia, pisoteados, feridos e sufocados pela fumaça das bombas. José Pimenta, lembra em sua fala que esteve presente e, em sua memória, este encontro foi marcado por grande repressão. “Aí teve o

encontro da PUC de SP que o Erasmo Dias, que era o secretário de segurança lá, partiu pra cima, invadiu a PUC, jogou bomba, queimou, prendeu gente pra caramba, reprimiu com uma violência muito grande lá” (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

No III ENE a opção por uma nova tática dava indícios de uma nova estratégia utilizada pelo ME. Ao tentar burlar a ditadura e utilizar meios legais, eles conseguiram vincular a imagem do Regime militar à violência, principalmente em um período em que a luta armada havia sido derrotada. Reginaldo Arcuri, entrevistado para esta pesquisa, tem em sua memória a presença de um ME atuante em um momento “novo” na política brasileira, em que “novas” táticas eram necessárias, utilizando instrumentos legais para vencer a ditadura militar.

Entre 1973 e 1975, (...), saímos de uma fase da ditadura em que houve o Golpe, depois o AI-5, aí veio a coisa da luta armada, tortura, não sei o que e tal. Mas nesse período de 1973 pra frente você já começa a ter um outro tipo de articulação contra a ditadura, porque a luta armada foi derrotada, eu me lembro que nós fomos em praticamente todos os julgamentos aqui (referindo-se à Juiz de Fora-MG) na auditoria, acompanhar, enfim, não se podia fazer mais nada além de ir lá fisicamente (...). E foi um período em que a opção (...) foi muito de usar as formas legais da época pra você tentar avançar no sentido de derrubar os instrumentos mais críticos da ditadura, que era o AI-5 e os decretos 477 e 228. (Reginaldo Arcuri, entrevista de pesquisa).

Para Ignacio Delgado, o ano de 1977, através das ações realizadas em São Paulo, iniciou um grande ciclo de manifestações que atingiriam todo o Brasil e que foram protagonizadas pelo Movimento Estudantil. Esse foi o responsável por abrir espaço para os outros movimentos que surgiam e/ou ressurgiam, permanecendo até 1978 como protagonista, até a ascensão do movimento operário.

O grande marco nessa época foi o ano de 1977. A mobilização de São Paulo, que abre um ciclo de grandes mobilizações, até o início dos anos 80. Quando o Movimento operário surgiu mais intensamente, esse protagonismo do Movimento Estudantil foi refluindo. Havia um filme que rolava pelos DCE's do Brasil inteiro entre 1977 e 1978 que chamava “o apito da panela de pressão”, retratando essas primeiras mobilizações de 77 e 78. A gente dizia o seguinte que o ME era isso, o apito da panela de pressão. (...) De 1977 a 1979, todavia, especialmente nos dois primeiros anos, o ME foi o Xodó da galera. Com as greves do ABC isso foi se tornando cada vez menos expressivo e, na década de 1980, o movimento foi perdendo muito dessa

visibilidade. Não é que perdeu combatividade. Muitas lutas ocorreram, o Movimento Estudantil foi fundamental na luta pelas diretas, foi fundamental na luta contra o Collor, em todas estas lutas na sociedade ele esteve presente. Todavia, em dois anos pelo menos, - 1977 e 1978 - ele foi dos movimentos sociais o de maior visibilidade, porque os outros estavam adormecidos ou contidos pela repressão. (...) Falávamos muito a palavra espaço, a expressão espaço político, como quem se sente como os que vão na frente durante a guerra dizendo: “pode vir, pode vir”. Só que na hora em que o grosso do exército entra, a infantaria deixa de ter o sentido que teve. (Ignácio Delgado, entrevista de pesquisa).

O Movimento Estudantil atuou como protagonista na luta pelas liberdades democráticas no Brasil, tendo papel fundamental por iniciar um cenário de mobilização social e assim, impulsionando outros movimentos a se unirem na luta.

Na memória de Flávio Bitarelo, o movimento estudantil também aparece como protagonista na luta pelas liberdades democráticas, antes do movimento operário, e entende que às manifestações acontecidas na USP tiveram repercussão em todo o país.

O Movimento Estudantil começou a arrombar os grilhões e as portas do regime militar, antes até do Movimento Operário, que tava asfíxiado. A partir de 1975 começa uma série de manifestações e a universidade pelo Brasil, principalmente na universidade de Brasília e USP, Rio de Janeiro, já apareceu na UFMG e aqui (refere-se a Juiz de Fora) em 1977 já chegou. Então nós fomos quase simultâneos aqui no Movimento Estudantil. Tinham muitas manifestações pela liberdade democrática. Aquele momento era a palavra de ordem que unificava todo mundo, de liberais até a esquerda. (Flávio Bitarelo, entrevista de pesquisa).

O movimento estudantil já iniciava uma série de ações desde 1974, buscando inicialmente como forma de buscar liberdade, organizar congressos e encontros, burlando a ditadura, na busca de reorganizar a UNE. Reorganizar sua entidade representava claramente sua proposta de luta democrática, pois era necessário derrubar o decreto que colocava a UNE na ilegalidade, reconstruindo sua frente de luta e suas bases. Contudo, o Movimento Estudantil ganhou mais impulso após as mobilizações ocorridas em 1977 na USP, que refletiram-se simultaneamente por todo o país como uma grande onda que evidenciou o Movimento Estudantil como protagonista da luta que se fortificava.

José Pimenta atribuiu às mobilizações da USP, a organização de assembleias no Movimento Estudantil em Juiz de Fora, o que marcaria, assim como em âmbito nacional, o início de uma nova fase no ME local.

A gente começou a fazer assembleia, e começou a preparar as assembleias em função do movimento que foi puxado pela USP, a passeata da USP, famosa, de redemocratização. Uma passeata realizada da USP até o centro da cidade de São Paulo, até no largo da faculdade de Direito. No três de agosto, lá no centro de São Paulo. E aquilo foi uma coisa que teve repercussão, saiu pelo movimento no Brasil afora, a gente começou a fazer greve de solidariedade, movimento de solidariedade, as assembleias eram solidariedade ao movimento da USP. E essa solidariedade espalhou pelo Brasil todo (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

Há uma percepção compartilhada por vários entrevistados, que indica para o fato de que, ao encaminharem suas ações no período, dentro do Movimento Estudantil, já havia uma idéia de que estavam marcando a história. Os entrevistados compartilham de um pensamento em que se caracterizam como uma geração combativa e responsável por abrir espaço na luta política para os demais sujeitos sociais, reforçando a imagem de que a geração de 1968, salvo todos os seus méritos, não obteve o êxito esperado e foi abafada pela repressão. Contudo, a geração de 1970 contribuiu efetivamente para o retorno das liberdades democráticas no Brasil, tornando-se assim, vitoriosa.

(...) que essa geração de 1977 foi pouco valorizada. Pouco valorizada. A geração de 68 é muito valorizada, com razão, mas a nossa ajudou a dar um *empurrão* na ditadura. Esta é a sensação que eu tenho. Desde o começo em São Paulo, a gente deu trabalho pra ditadura. (...) apesar da passeata lá dos cem mil¹, nós não tivemos um ou dois, nos tivemos vários movimentos com muita gente, depois murchou, deu uma murchada, ali em 1979 – 1980, deu uma murchada, mas ali em 1977 – 1978 foi de lascar o negócio (Ignácio Delgado, entrevista de pesquisa).

Jorge Sanglard, apresenta em sua memória a ideia de que a geração de 1970 tinha características específicas ao seu tempo, que exigia uma postura de preparação, e que tinha consciência de que sua ação produzia história.

A nossa geração foi muito bem preparada não só para as lutas do Movimento Estudantil, pela prática do Movimento Estudantil, mas também para depois de sair da Universidade atuar com cidadania. Foi uma geração que se preparou. E a gente sabia que tinha que se preparar para enfrentar os novos desafios que vinham com a reconstrução democrática no Brasil. A geração que atuou no Movimento Estudantil da metade dos anos 1970 até meados dos anos 1980 foi levada a esse tipo de preparação porque sabia que, com o

¹ A Passeata dos Cem Mil ocorreu no RJ, no ano de 1968.

fim da ditadura, cada um a seu modo, ia ser protagonista de alguma forma (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

Beatriz Domingues, em sua memória apresenta a ideia de que, enquanto estudantes do final da década de 1970 e militantes do Movimento Estudantil, eles tinham consciência de sua ação de protagonistas da história.

Então tinha aquela, a gente sabia que tava participando assim, de um *Woodstock*, de algo que ia entrar pra história. Porque tem coisa que a gente participa que entra depois pra história e a gente não sabia, mas ali era uma consciência que a gente tava fazendo um gesto histórico. (Beatriz Domingues, entrevista de pesquisa).

Estas falas buscam mostrar a consciência de uma juventude que se considerava protagonista na história mas que anos depois não vê esse sentimento afirmado na memória social. Se percebe que quando se fala de ditadura militar a lembrança preponderante é a da repressão violenta intensa que foi marco da ditadura no Brasil após 1968 até 1973. Após este período o regime militar como a dar sinais de abertura e modifica sua forma de ação, a repressão diminui e estes agentes sociais mudam de tática, mudam de forma e muda também a resposta da ditadura às suas ações. Assim, o que é possível perceber nestas falas é o desejo de que seja incorporada à visão “oficial” e “recorrente” na sociedade sobre a ditadura, a luta de uma geração que contribuiu para que o regime de repressão chegasse ao fim e tem suas especificidades de atuação distintas da geração de 1968, reprimida pela ação militar. Este lugar na memória oficial é ponto que pretendo aprofundar nos estudos que estão em andamento.

A partir da análise teórica e historiográfica é possível afirmar que o Movimento Estudantil foi um movimento de grande importância no processo de abertura política brasileira, pioneiro na ação organizada contra a Ditadura durante os anos 70, e que permaneceu atuante durante todo o processo de transição democrática, atuando de forma destacada no movimento pela anistia política e pelo retorno dos partidos políticos alcançado em 1979. Contudo, a década de 1980 foi marcada por uma crescente pressão da sociedade civil pela redemocratização do Brasil. Fizeram parte desta década acontecimentos importantes para devolver, ao Brasil, efetivamente, a democracia

Dentre eles a Campanha pelas Diretas-Já tem uma significativa importância. Esta começou em 1983, ainda como um movimento acanhado, e em 1984 se tornou uma campanha de massa, apoiada por inúmeras organizações. A Campanha Diretas-Já foi um movimento suprapartidário, que envolveu os principais partidos de oposição ao regime militar, movimentos sociais de esquerda e outros setores da sociedade civil em torno da luta pelo retorno das eleições diretas para presidente da República, no qual o Movimento Estudantil se envolveu plenamente e vê nele uma de suas maiores vitórias e ao mesmo tempo maiores derrotas. A democracia atingida não foi nos moldes esperados e proposto pela oposição, mas o movimento desta década foi marcado por uma capacidade de negociação que se traduz na sua aceitação do que era possível dentro da articulação de todos os grupos envolvidos e na manutenção de sua mobilização até a constituição de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã”, em alusão às suas diversas conquistas no campo das liberdades individuais, os direitos de natureza social e política. Com isso, apesar do abrandamento gerado pela anistia geral em 1979 e o fim da ditadura militar em 1985, foi em 1988, através da promulgação da Constituição, que o Estado dava fim às arbitrariedades legitimadas pelos militares, os movimentos sociais comemoram o fim de um tempo de ditadura.

Considerações finais

Movimento Estudantil desempenhou um papel de destaque na luta pela democracia no Brasil. Apesar da abertura política iniciar dentro do seio do governo militar, a pressão desempenhada pelos movimentos sociais foi peça fundamental para o processo de retorno à democracia. Esteve entre os primeiros movimentos sociais a se reorganizar em âmbito nacional e a liderar inicialmente uma luta pela democracia. Sua ação gera uma instabilidade dentro do regime capaz de alargar os limites de uma transição que surge controlada pelo regime.

A memória de representantes da militância da década de 1970 e 1980 é marcada pela consciência de participação política pelo fim da ditadura. Reflexos de uma realidade distinta da década de 1960, esta geração sofreu uma repressão diferente daquela da geração anterior e também resistiu de uma forma diferente. A geração de 1970 busca ao narrar sua memória construir um nova história e gerar uma nova memória sobre os tempos de ditadura onde não se foque no sofrimento da tortura, do exílio e das prisões, mas nas manifestações de rua, nas

ações culturais, nas lutas pela anistia, pela reconstrução de uma sociedade democrática. Neste ponto é que ainda damos sequência na pesquisa, buscando perceber as particularidades desta geração e a disputa de memória que se traduz em suas falas.

Assim, pretendi com este artigo suscitar questões acerca do papel da sociedade civil no processo de transição democrática. Destacadamente busco compreender o papel do Movimento Estudantil que, seja atuando em lutas diretamente ligadas à toda sociedade como a campanha pela anistia e pelas Diretas Já ou campanhas específicas da realidade estudantil, como a campanha pela reconstrução da UNE detalhada neste artigo, contribuiu com suas ações pelo fim do regime ditatorial no Brasil, levando-o a restabelecer sua democracia. Ressalto que este artigo não traz ainda conclusões definitivas pois a pesquisa continua em andamento, mas representa análises iniciais acerca deste movimento social. Iremos nos deter ainda ao longo da pesquisa na presença das diferentes tendências de esquerda atuantes no interior do movimento, e faremos novas entrevistas sob a perspectiva da história oral buscando aprofundar na análise da memória e seus conflitos.

Referências

- ALVES, M. H. M. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.
- ARAÚJO, Maria Paula N.. A utopia fragmentada: As novas esquerdas no Brasil e no mundo da década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ARAÚJO, Maria Paula N.. Memórias estudantis – Da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- BOSCHI, Renato Raul. A arte da associação: Política de base e Democracia no Brasil. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.
- DELGADO, Lucilia Neves. Diretas-Já: vozes das cidades. In.: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs). Revolução e democracia (1964 - ...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. As esquerdas no Brasil; v.3.
- FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). Revolução e democracia (1964 - ...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. As esquerdas no Brasil, v.3.

JELIN, Elizabeth: Los Trabajos de la memoria. Colección Memorias de la represión. Siglo veinteuno de Argentina editores

REIS, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005, 3ª Ed.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In.: AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. (org.). Usos e abusos da história oral. RJ: Editora FGV, 1996, p.93 – 102)

SANTANA, Flávia de Angelis. A atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984. USP, 2001. Dissertação de mestrado.

SADER, Emir (org.). Movimentos Sociais na transição democrática. São Paulo: Cortez, 1987.